

Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

Associações criminosas, criminalidade organizada e crimes associados – obtenção e valoração da prova

25 de março, 8 e 30 de Abril

Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

Objetivos:

- Conhecer e contextualizar o quadro normativo aplicável às associações criminosas — artigos 299.º e 300.º do Código Penal, Lei n.º 5/2002, Convenção de Palermo e Decisão-Quadro 2008/841/JAI;
- Analisar os elementos típicos e as formas de participação do crime, dissecando os elementos constitutivos do tipo legal;
- Abordar as relações concursais com outros tipos de crime, designadamente crimes praticados no âmbito da associação criminosa;
- Analisar estratégias de investigação e de construção da acusação, estruturando a estratégia processual adequada: identificação dos meios especiais de obtenção de prova e articulação com instrumentos de cooperação judiciária internacional — mandado de detenção europeu, equipas de investigação conjunta e EUROJUST

1.º dia – 25 de março

Manhã	Tarde
10h00 Abertura	14h30 A Investigação de crimes conexos com a associação criminosa.”
10h15 Criminalidade organizada e associações criminosas	Sandra Marques , Procuradora da República junto do DCIAP
Mário Pedro Meireles , Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa	15h15 Pausa
11h00 Pausa	15h30 As modernas configurações das associações criminosas. O crime como um "serviço"
11h15 O Branqueamento como crime conexo com a Associação Criminosa e questões atinentes à recolha de prova	Rui Osório , Inspetor Coordenador de Investigação Criminal da UNCT da Polícia Judiciária
Ana Raquel Conceição , Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho	16h15 Debate
12h00 Debate	Moderação: Antero Taveira , Procurador da República e Docente do Centro de Estudos Judiciários
Moderação: Ana Paula Conceição , Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários	

SEDE: Lisboa

Largo do Limoeiro - 1149-048 Lisboa

Tel: 21 884 56 00 | cej@mail.cej.mj.pt

formacao-def@mail.cej.mj.pt | <https://cej.justica.gov.pt/>

Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

A aplicação da carta dos Direitos Fundamentais da UE e da Convenção contra a Tortura: o panorama português

25 de março, 8 e 30 de Abril

Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

Objetivos: A conferência pretende reforçar a importância dos Direitos Fundamentais na ótica do Direito Comunitário e Internacional, bem como o seu reflexo na ordem jurídica portuguesa. Pretende ainda analisar a natureza e o reconhecimento expresso dos direitos fundamentais ao nível europeu e suas implicações práticas na jurisprudência.

Visa ainda dar a conhecer os mecanismos nacionais de prevenção da tortura e outros tratamentos degradantes, em conformidade com as obrigações assumidas pelo Estado Português na Convenção contra a Tortura.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial, através do método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

2.º dia – 8 de abril

Manhã	Tarde
9h30 Abertura	14h00 Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes – natureza e conteúdo; definição de <i>tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes</i> e seus reflexos na ordem jurídica portuguesa. Vânia Costa Ramos , advogada, Presidente a nível europeu do Comité contra a tortura
9h45 A Carta dos Direitos Fundamentais da EU - A(s) jurisprudência(s) europeia(s) da última década: implicações maiores para o Direito e a prática nacionais, a propósito da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais Paulo Pinto de Albuquerque , Professor Catedrático da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa	15h00 Pausa
10h45 Pausa	15h15 O panorama português – mecanismos de prevenção da tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em Portugal Inês Horta Pinto , Investigadora Integrada do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
11h00 TJUE, TEDH e Tribunais Nacionais: em diálogo? Alessandra Silveira , Diretora do Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU) da Universidade do Minho	16h15 Debate Moderação: Ana Paula Conceição , Juíza Desembargadora e docente do Centro de Estudos Judiciários
12h00 Debate Moderação: Ana Maria Mexia , Procuradora da República e docente do Centro de Estudos Judiciários	